



PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Concurso Público

ASSESSOR JURÍDICO



Aplicação: 17/8/2008

Prova Escrita Objetiva

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **cem questões**, correspondentes à prova escrita objetiva, corretamente ordenadas de **1 a 100**.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
«O acaso não é, não pode deixar de ser, senão a causa ignorada de um efeito conhecido.»
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **19/8/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova escrita objetiva: Internet – www.cespe.unb.br.
- II **20 e 21/8/2008** – Recursos (prova escrita objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **11/9/2008** – Resultado final da prova escrita objetiva e convocação para a prova escrita subjetiva: Diário Oficial do Município de Natal e Internet.
- IV **21/9/2008** – Aplicação da prova escrita subjetiva.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – PGM, de 16/6/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de **1 a 100**, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CONAMA = Conselho Nacional do Meio Ambiente; CP = Código Penal; DF = Distrito Federal; FGTS = fundo de garantia do tempo de serviço; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; INSS = Instituto Nacional de Seguridade Social; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; IPVA = imposto sobre a propriedade de veículos automotores; ITR = imposto sobre a propriedade territorial rural; LDO = lei de diretrizes orçamentárias; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; MP = Ministério Público; MPU = Ministério Público da União; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; RGPS = regime geral da previdência social; SISNAMA = Sistema Nacional de Meio Ambiente; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCE/RN = Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; TCU = Tribunal de Contas da União; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

PROVA ESCRITA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta acerca da administração pública.

- Ⓐ Os ministérios e autarquias fazem parte da administração pública direta.
- Ⓑ As empresas públicas têm natureza jurídica de pessoas jurídicas de direito público interno.
- Ⓒ A descentralização administrativa é o fenômeno no qual o Estado atua por meio de entes que lhe são juridicamente distintos.
- Ⓓ A desconcentração pressupõe a existência de, pelo menos, duas pessoas entre as quais se repartem competências.

QUESTÃO 2

Com relação aos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sanções impostas aos particulares pela administração pública são exemplos de exercício do poder disciplinar.
- Ⓑ O poder vinculado não existe como poder autônomo; em realidade, ele configura atributo de outros poderes ou competências da administração pública.
- Ⓒ O regimento interno de um órgão é fruto do exercício do poder hierárquico desse órgão.
- Ⓓ O poder de polícia, regido pelo direito administrativo, é o meio pelo qual a administração pública exerce atividade de segurança pública, seja por meio da polícia civil, seja pela polícia militar, a fim de coibir ilícitos administrativos.

QUESTÃO 3

Um cidadão obteve, da prefeitura de sua cidade, alvará de construção para edificar um prédio comercial em terreno de sua propriedade. Passados trinta dias da concessão do alvará, o MP tomou conhecimento do fato e expediu recomendação ao agente público responsável alertando que, de acordo com as normas em vigor, aquela área destinava-se exclusivamente à construção de residências unifamiliares.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso a administração permaneça inerte, o MP poderá ajuizar ação judicial visando à anulação do ato administrativo ilegal.
- Ⓑ Caso queira revogar o alvará, a administração deverá recorrer ao Poder Judiciário.
- Ⓒ O ato não poderá ser anulado porque o proprietário tem direito adquirido a construir o imóvel.
- Ⓓ A administração, valendo-se do seu poder discricionário, poderá convalidar o ato ilegal a fim de assegurar que o proprietário construa o prédio.

QUESTÃO 4

A respeito de bens públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Palácio do Planalto, em Brasília, é um bem público dominial.
- Ⓑ A avenida Paulista, na cidade de São Paulo, é um bem público de uso especial.
- Ⓒ Os cemitérios públicos são bens de uso comum.
- Ⓓ Os bens afetados à finalidade pública não podem ser onerados por direitos reais de garantia.

QUESTÃO 5

Segundo o art. 37, § 6.º, da CF, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Considerando o disposto na CF, bem como o entendimento da doutrina dominante acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A Com base no dispositivo constitucional citado, é correto afirmar que o Brasil adota a teoria do risco integral.
- B O dano causado por sociedade de economia mista prescreve em vinte anos.
- C A responsabilidade civil do Estado, no Brasil, dispensa a comprovação de culpa ou nexo causal entre ação e resultado.
- D Para que o Estado seja responsabilizado por atos praticados por seus servidores, é imprescindível que reste demonstrada a culpa *in eligendo* de seus prepostos.

QUESTÃO 6

João, servidor público efetivo, ocupa o cargo de presidente da comissão de licitações de um órgão público. No curso de determinado certame, João recebeu, da empresa X, que era uma das empresas licitantes, um pacote de viagem para o exterior com todas as despesas pagas e direito a acompanhante. Ao final do processo, a empresa X sagrou-se vencedora em razão da desclassificação das demais concorrentes, embora o preço dos serviços oferecidos pela empresa X fosse o mais alto. João respondeu a processo administrativo disciplinar, no qual lhe foi assegurada ampla defesa, restando demonstrado, ao final, que o servidor violou os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A A única pena a ser imposta ao servidor, no âmbito civil, é a perda do cargo público.
- B O ordenamento jurídico brasileiro não tem instrumentos legais para punir condutas antiéticas.
- C A situação hipotética apresentada configura improbidade administrativa.
- D O servidor pode eximir-se de punição, caso devolva o valor do pacote de viagem.

QUESTÃO 7

No que concerne à licitação, assinale a opção correta.

- A A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.
- B A licitação não é obrigatória para as fundações públicas sem fins lucrativos.
- C Perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório não configura crime, mas caracteriza improbidade administrativa.
- D A lei que institui normas para licitações e contratos da administração pública não se aplica aos convênios celebrados por órgãos e entidades da administração pública.

QUESTÃO 8

Assinale a opção que contém um tipo de licitação previsto expressamente em lei.

- A concorrência
- B técnica e preço
- C pregão
- D adjudicação

QUESTÃO 9

Quanto à proteção dos bens de valor histórico e artístico, assinale a opção correta.

- A Os bens públicos não podem ser tombados.
- B O tombamento retira a propriedade do bem, mas mantém com o antigo proprietário o direito de uso e fruição.
- C Segundo a CF, o poder público poderá proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio da desapropriação, do tombamento e do registro, entre outras formas de acautelamento e preservação.
- D O tombamento de bens de valor histórico ou artístico é de competência privativa da União.

QUESTÃO 10

Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A A fiscalização financeira e orçamentária do Poder Executivo pelos tribunais de contas é uma forma de controle da administração pública pelo Poder Judiciário.
- B O mandado de segurança é meio de controle da administração pública cuja finalidade é a invalidação de atos e contratos administrativos ilegais, lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa e ao meio ambiente.
- C Ao Poder Judiciário é defeso analisar os atos administrativos dos demais poderes.
- D Os servidores públicos federais responsáveis pelo controle interno de órgãos e entidades, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, devem comunicá-la ao TCU, sob pena de responsabilidade solidária.

QUESTÃO 11

Quanto à extensão, a CF é considerada como

- A rígida.
- B analítica.
- C ortodoxa.
- D histórica.

QUESTÃO 12

O sindicato dos servidores públicos da área de saúde de determinado estado pretende dar efetividade à norma prevista no art. 37, VII, da CF, que prevê o direito de greve para os servidores públicos. O referido dispositivo constitucional dispõe que o direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei específica. Contudo, passados quase vinte anos de vigência da CF de 1988, alega o sindicato que ainda não foi elaborada pelo Congresso Nacional lei relacionada a esse assunto, fato que vem impedindo o exercício de direito constitucional dos servidores.

Diante da situação hipotética exposta, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o instrumento jurídico adequado a ser manejado pelo sindicato e o órgão competente para apreciar a matéria.

- A mandado de injunção / STF
- B mandado de injunção / STJ
- C *habeas data* / STJ
- D mandado de segurança / STF

QUESTÃO 13

Servidor público ocupante de cargo efetivo, ainda em estágio probatório, foi demitido *ad nutum*, ou seja, por simples ato de seu superior, com base em decreto que declarou a desnecessidade de seu cargo.

A respeito da situação hipotética acima descrita e com base na jurisprudência pertinente do STF, é correto afirmar que o ato em questão

- A é legal e não afronta qualquer direito ou garantia individual do servidor.
- B está em desacordo com a CF porque ofende o direito do servidor à estabilidade no cargo.
- C está em desacordo com a CF porque viola a garantia ao devido processo legal.
- D é legal desde que a declaração de desnecessidade do cargo seja válida.

QUESTÃO 14

Assinale a opção correta quanto à competência dos tribunais.

- A Compete ao STF processar e julgar originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, um estado, o DF ou um território.
- B Compete ao STJ processar e julgar originariamente as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal sejam interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.
- C Compete ao TST processar e julgar originariamente todas as ações que envolvam o exercício do direito de greve.
- D Compete aos juízes do trabalho julgar originariamente os crimes contra a organização do trabalho.

QUESTÃO 15

Com relação ao MP, assinale a opção correta.

- A Os membros do MP têm direito a estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- B O Conselho Nacional do Ministério Público é o órgão máximo do MPU.
- C Os procuradores-gerais de justiça nos estados são de livre escolha pelos governadores entre os integrantes da carreira com mais de cinco anos de exercício.
- D O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios integra o MPU.

QUESTÃO 16

Compete aos municípios, nos termos da CF, a instituição do

- A ICMS.
- B IPVA.
- C IPTU.
- D ITR.

QUESTÃO 17

O prefeito de determinado município, alegando que a prefeitura não possuía dinheiro suficiente para arcar com os custos da folha de pagamento dos servidores públicos e das obras em andamento, decidiu incrementar a arrecadação municipal com o aumento e a criação de tributos.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção que está em conformidade com a CF.

- A Para criar tributo novo, o prefeito deverá enviar projeto de lei para o Poder Legislativo local. Contudo, caso pretenda apenas aumentar a alíquota de um imposto municipal já existente, poderá fazê-lo por meio de decreto.
- B A criação de novo tributo poderá alcançar fatos geradores passados, desde que ocorridos dentro do mesmo ano fiscal.
- C Se houver criação de tributo novo, este só poderá ser cobrado decorridos 45 dias da publicação da lei que o instituiu.
- D É vedada a criação de tributo por parte do município que incida sobre o patrimônio do Estado.

QUESTÃO 18

Com referência à ordem econômica e social estabelecida na CF, assinale a opção correta.

- A** A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos são abertas à iniciativa privada, sendo vedado o monopólio.
- B** O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- C** As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais em relação às do setor privado.
- D** É vedado tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Brasil.

QUESTÃO 19

À luz da CF, assinale a opção correta acerca da seguridade social.

- A** É vedada a criação de benefício ou serviço da seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total.
- B** Segundo a CF, a administração da seguridade social terá caráter descentralizado e democrático mediante a gestão bipartite entre os trabalhadores e o poder público.
- C** A seguridade social será financiada pela sociedade por meio de contribuições sociais, não podendo ser utilizados para esse fim recursos do orçamento da União, dos estados ou dos municípios.
- D** A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá ser impedida de contratar com o poder público nem de dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

QUESTÃO 20

Quanto ao tratamento dado à educação pela CF, assinale a opção correta.

- A** Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- B** As universidades não poderão admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, ressalvados os naturalizados.
- C** O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, conforme previsão expressa na CF.
- D** Segundo prevê expressamente a CF, é dever do Estado garantir o ensino fundamental e médio gratuitos, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

QUESTÃO 21

João, conselheiro do TCE/RN, nomeou sua cunhada, Maria, para exercer o cargo comissionado de assessora especial de seu gabinete. Em razão de impedimento legal posterior, Maria foi exonerada; no entanto, continuou exercendo, de fato, suas funções. Em seguida, João nomeou, para o mesmo cargo, Célia, com quem não tinha vínculo de parentesco. Célia, a pedido de João, concordou em repassar mensalmente os valores recebidos a Maria, auferindo, apenas, os benefícios do plano de saúde do TCE/RN pelo favor prestado a ambos, embora nunca tivesse comparecido ao local de trabalho.

Com relação a essa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STJ, João, Maria e Célia

- A** não cometeram fato criminoso.
- B** praticaram, em tese, o crime de corrupção passiva em concurso de pessoas.
- C** praticaram, em tese, o crime de estelionato com causa especial de aumento de pena em concurso de pessoas.
- D** praticaram, em tese, o crime de peculato em concurso de pessoas.

QUESTÃO 22

João, comerciante estabelecido em determinado município, falsificou várias cédulas de dólar norte-americano, sendo certo que a quantia falsificada corresponde a R\$ 100.000,00.

Nessa situação hipotética,

- A** a conduta de João é atípica.
- B** João praticou, em tese, o crime de moeda falsa.
- C** João praticou, em tese, o crime de falsificação de papéis públicos.
- D** João praticou, em tese, o crime de falsidade ideológica.

QUESTÃO 23

Acerca dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a opção correta.

- A** Comete crime de prevaricação o funcionário público que, por indulgência, retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou pratica-o contra disposição expressa de lei.
- B** O funcionário público que, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe faltar competência, não leva o fato ao conhecimento da autoridade competente, pratica o crime de condescendência criminosa.
- C** Pratica apenas infração administrativa, conduta considerada atípica, o funcionário público que, na cobrança de tributo ou contribuição social, emprega meio vexatório ou gravoso não autorizado por lei.
- D** O abandono de cargo público, fora dos casos permitidos em lei, caracteriza crime contra a administração pública, e não apenas infração administrativa.

QUESTÃO 24

Acerca dos crimes praticados por particular contra a administração em geral, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aquele que oferece vantagem a licitante a fim de afastá-lo de certame promovido pela administração pública pratica, em tese, o crime de corrupção ativa.
- Ⓑ Apenas resta caracterizado o crime de desacato quando a ofensa é dirigida contra funcionário público que esteja efetivamente no exercício de sua função.
- Ⓒ Para que seja caracterizado o crime de resistência, é necessário que a oposição à execução do ato legal tenha ocorrido mediante violência ou ameaça.
- Ⓓ Considere-se que, em demanda de natureza cível, Abel tenha sido condenado por decisão do juízo competente a entregar determinado veículo ao autor da ação, tendo sido fixada no *decisum* multa diária no valor de R\$ 100,00 pelo eventual descumprimento. Nessa situação, segundo a jurisprudência do STJ, caso não respeite a ordem judicial, Abel praticará, em tese, o crime de desobediência.

QUESTÃO 25

Acerca dos crimes contra a administração da justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não pratica o crime de denúncia caluniosa aquele que der causa à instauração de investigação policial contra outrem, imputando-lhe a prática de contravenção de que o sabe inocente.
- Ⓑ Provocar a ação de autoridade comunicando-lhe a ocorrência de contravenção que se sabe não se ter verificado é conduta atípica.
- Ⓒ Aquele que faz afirmação falsa em processo judicial ou administrativo, em inquérito policial ou em juízo arbitral comete, em tese, o crime de falso testemunho.
- Ⓓ O procurador do município de Natal – RN que defende, na mesma causa, partes contrárias, simultânea ou sucessivamente, pratica, em tese, o crime de patrocínio infiel.

QUESTÃO 26

A Lei n.º 8.137/1990

- Ⓐ revogou as disposições do CP relativas aos crimes funcionais contra a ordem tributária.
- Ⓑ define crimes contra as ordens tributária e econômica e contra as relações de consumo.
- Ⓒ apenas define crimes contra as ordens tributária e econômica.
- Ⓓ apenas define crimes contra a ordem econômica e contra as relações de consumo.

QUESTÃO 27

Em relação à Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aquele que, transitoriamente e sem remuneração, exerce função na administração direta de município não se submete às sanções da Lei de Improbidade Administrativa.
- Ⓑ As disposições da referida lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- Ⓒ Os atos de improbidade só são puníveis caso resultem em prejuízo ao erário.
- Ⓓ A eventual aplicação de sanção prevista na Lei de Improbidade Administrativa afasta a aplicação de punição nas esferas penal e civil.

QUESTÃO 28

Em relação às disposições da Lei n.º 4.898/1965 (abuso de autoridade), assinale a opção correta.

- Ⓐ Para os efeitos da referida lei, não se considera autoridade aquele que exerce função pública de forma transitória e sem remuneração.
- Ⓑ A referida norma define apenas sanções de natureza penal.
- Ⓒ A ação penal respectiva só será instaurada após a conclusão do inquérito policial que for aberto para a apuração da conduta abusiva.
- Ⓓ Caso o órgão do MP não ofereça a denúncia no prazo fixado, será admitida ação penal privada.

QUESTÃO 29

Determinado empresário brasileiro, estabelecido em Natal – RN, sem autorização legal, mantém nos Estados Unidos da América depósito de seu lucro líquido, não declarando à repartição federal competente tal operação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A conduta narrada configura, em tese, o crime de manutenção de depósito não-declarado no exterior.
- Ⓑ A conduta narrada é mera infração administrativa à legislação tributária.
- Ⓒ Por não resultar prejuízo à administração tributária brasileira, não há qualquer irregularidade na situação narrada.
- Ⓓ A conduta narrada só será considerada criminosa caso também seja punida penalmente nos Estados Unidos da América, em respeito ao princípio da dupla tipicidade.

QUESTÃO 30

Decreto-Lei n.º 201/1967:

Art. 1.º São crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da câmara dos vereadores:

(...)

VI – deixar de prestar contas anuais da administração financeira do município à câmara de vereadores, ou ao órgão que a Constituição do estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos.

Quanto ao delito transcrito, segundo a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que

- A** se trata invariavelmente de crime de natureza material.
- B** a prestação de contas realizada antes do recebimento da denúncia é causa de extinção da punibilidade do referido delito.
- C** se consuma com o simples atraso na prestação de contas pelo prefeito, sendo irrelevante para sua configuração que a prestação tenha sido feita antes do recebimento da denúncia.
- D** foi revogado com o advento da CF.

QUESTÃO 31

Não constitui objetivo da seguridade social

- A** a diversidade da base de financiamento.
- B** a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- C** o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.
- D** a uniformidade e a equivalência dos benefícios e os serviços às populações urbanas e rurais.

QUESTÃO 32

Acerca dos segurados obrigatórios da previdência social, assinale a opção correta.

- A** O brasileiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de empregado.
- B** O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, com autarquias, inclusive em regime especial, ou com fundações públicas federais é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de trabalhador avulso.
- C** O pescador artesanal que faça da pesca sua profissão habitual, residente em imóvel rural onde trabalhe individualmente, é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de segurado facultativo.
- D** Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de contribuinte individual.

QUESTÃO 33

Acerca dos beneficiários do RGPS, na condição de dependentes do segurado, assinale a opção correta.

- A** A dependência econômica do companheiro ou da companheira em relação ao segurado é presumida.
- B** O enteado e o menor tutelado equiparam-se ao filho mediante declaração, dispensando-se a prova da dependência econômica em relação ao segurado, que, para eles, é presumida.
- C** A dependência econômica dos pais em relação ao segurado é presumida.
- D** A pensão pela morte do pai é devida ao filho não-invalído até o limite de vinte e um anos de idade, podendo se estender até os vinte e quatro anos para os estudantes universitários.

QUESTÃO 34

Acerca do benefício de auxílio-acidente, assinale a opção correta.

- A** Todos os segurados poderão recebê-lo, desde que seja após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza que resultem em seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam.
- B** Para sua concessão, a legislação não exige período de carência.
- C** É permitida sua acumulação com qualquer aposentadoria.
- D** A perda de audição, em qualquer grau, enseja a concessão de auxílio-acidente, independentemente da redução ou da perda da capacidade para o trabalho que o segurado habitualmente exercia.

QUESTÃO 35

Acerca do benefício de auxílio-reclusão, assinale a opção correta.

- A** O auxílio-reclusão é devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos segurados recolhidos à prisão.
- B** Ainda que o segurado esteja em gozo de auxílio-doença, lhe é devida a concessão de auxílio-reclusão.
- C** Para sua concessão, a legislação exige um período de carência de doze contribuições mensais.
- D** O requerimento de auxílio-reclusão deve ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

QUESTÃO 36

Acerca do benefício de aposentadoria por idade, assinale a opção correta.

- A** É devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na lei, completar 65 anos de idade, se homem, e 60, se mulher, reduzidos tais limites para 60 e 55 anos, respectivamente, nos casos de professores e professoras.
- B** É devida ao segurado empregado a partir de requerimento administrativo, quando este for formulado até noventa dias após o desligamento do emprego.
- C** É devida ao contribuinte individual a partir da data do desligamento do emprego.
- D** Observadas as regras específicas de cálculo do valor dos benefícios, a aposentadoria por idade consiste em uma renda mensal de 70% do salário-de-benefício, acrescido de 1%, por grupo de 12 contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário-de-benefício.

QUESTÃO 37

Acerca dos sistemas de previdência privada, assinale a opção **incorreta**.

- A** Nos planos de previdência privada, cabe ao beneficiário que voluntariamente se retirar a devolução da contribuição efetuada pelo patrocinador.
- B** O sistema é denominado aberto, se for acessível a qualquer pessoa, ou fechado, se os assistidos somente puderem ser empregados de empresas ou grupo de empresas, servidores públicos da União, dos estados, do DF ou dos municípios, ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional.
- C** Entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
- D** As entidades fechadas se organizam sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

QUESTÃO 38

Acerca do custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

- A** Integra o salário-de-contribuição o valor total das diárias pagas ao segurado, quando excedente a 100% da remuneração mensal.
- B** O salário-de-contribuição para os segurados empregado e trabalhador avulso é a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma.
- C** Em regra, integra o salário-de-contribuição a parcela *in natura* recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.
- D** Em regra, integram o salário-de-contribuição do segurado os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, inclusive o salário-maternidade.

QUESTÃO 39

Acerca das receitas da seguridade social, assinale a opção correta.

- A** A contribuição do empregador doméstico é de 20% do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- B** A alíquota de contribuição de segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, é de 20% sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição.
- C** Devem ser revertidos para a seguridade social 50% dos valores obtidos com a expropriação de bens apreendidos em decorrência de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- D** Para o financiamento do benefício de aposentadoria especial, cabe às empresas o pagamento do valor correspondente a 1% do valor bruto da nota fiscal, ou da fatura de prestação de serviços, relativa a serviços que lhe forem prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

QUESTÃO 40

Considerando-se as normas atuais de cumulação de benefícios previdenciários, excetuando-se as situações de direito adquirido, é permitido o recebimento conjunto de

- A** mais de uma aposentadoria.
- B** mais de um auxílio-acidente.
- C** salário-maternidade e auxílio-doença.
- D** pensão por morte de trabalhador rural e aposentadoria por invalidez.

QUESTÃO 41

Acerca da competência tributária, assinale a opção correta.

- A** Reputa-se exclusiva a competência dos municípios para instituir contribuições de melhoria em razão de obras públicas das quais sobrevenha valorização imobiliária.
- B** As contribuições sociais somente serão instituídas por lei complementar federal.
- C** São princípios norteadores da competência tributária a facultatividade, a incaducabilidade, a indelegabilidade e a irrenunciabilidade.
- D** Apenas a constituição estadual poderá estabelecer limites ao aumento de impostos e taxas municipais.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta acerca do IPTU, de competência dos municípios.

- A** Para que o município possa cobrar o IPTU, deve efetivamente construir e manter rede de iluminação pública.
- B** Na determinação da base de cálculo do imposto, o município deve considerar o valor de objetos permanentemente mantidos no imóvel.
- C** Considera-se contribuinte do imposto o possuidor a qualquer título, como o locatário.
- D** É lícita a aplicação de alíquota reduzida na hipótese de uma pessoa possuir apenas um imóvel e nele residir.

QUESTÃO 43

Podem ser remunerados mediante taxa os serviços

- Ⓐ públicos notariais e registrais.
- Ⓑ públicos de fornecimento de água.
- Ⓒ de iluminação pública.
- Ⓓ de segurança pública.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta acerca das contribuições especiais.

- Ⓐ As contribuições de intervenção no domínio econômico relativas às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, de gás natural e seus derivados e de álcool combustível, de competência da União, têm função nitidamente fiscal.
- Ⓑ A contribuição confederativa sindical não tem caráter compulsório para os trabalhadores não-filiados ao sindicato e não deve obediência ao princípio constitucional tributário da legalidade.
- Ⓒ Por terem natureza tributária, as contribuições devidas à OAB devem ser cobradas dos advogados inadimplentes mediante ação de execução fiscal.
- Ⓓ A lei veda a cobrança da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) sobre operações relativas a serviços de telecomunicações e derivados de petróleo.

QUESTÃO 45

Acerca da interpretação e da integração da legislação tributária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Deve ser interpretada literalmente a lei estadual que disponha sobre a dispensa do cumprimento de escrituração de livros fiscais por certas sociedades empresárias.
- Ⓑ Na ausência de disposição legal expressa, um agente público municipal pode empregar a analogia a fim de impor penalidades pecuniárias a contribuintes inadimplentes.
- Ⓒ É lícito o emprego da equidade a fim de outorgar isenção de IPTU a todo contribuinte que comprove que sua situação econômica não lhe permite pagar o imposto sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.
- Ⓓ A integração da legislação tributária importa no trabalho intelectual que consiste em identificar o sentido e alcance da norma, em decifrar o pensamento do legislador.

QUESTÃO 46

A TW Administração Ltda. recolhe mensalmente a contribuição social devida ao INSS, referente à quota parte do empregado, mediante desconto em folha de pagamento.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com fulcro na disciplina da obrigação tributária.

- Ⓐ A capacidade tributária da TW Administração Ltda. depende da regular inscrição de seus atos constitutivos na junta comercial competente.
- Ⓑ O INSS é sujeito ativo indireto da obrigação tributária principal.
- Ⓒ A TW Administração Ltda. é sujeito passivo direto da obrigação tributária principal.
- Ⓓ A TW Administração Ltda. possui relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador da contribuição social.

QUESTÃO 47

A SF Serviços Gerais Ltda. recebeu em seu domicílio cobrança relativa ao IPTU. Por considerar indevida a cobrança, a SF Serviços Gerais Ltda. formulou consulta à administração tributária competente, dentro do prazo de pagamento do tributo, e, após sanada a dúvida, pagou o imposto mediante uma cártula de cheque.

Considerando a situação hipotética apresentada e as normas atinentes ao crédito tributário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Enquanto estiver pendente resposta da administração tributária, quanto à consulta formulada pela SF Serviços Gerais Ltda., não incidirão multa, juros de mora e atualização monetária de eventual débito existente.
- Ⓑ O pagamento do IPTU pela SF Serviços Gerais Ltda. constitui hipótese de exclusão do crédito tributário.
- Ⓒ O crédito tributário relativo ao IPTU somente se considera devidamente quitado após a regular compensação do cheque emitido pela SF Serviços Gerais Ltda.
- Ⓓ O Código Tributário Nacional dispõe que o sujeito passivo pode efetuar o pagamento do crédito tributário por meio de moeda corrente, cheque ou dação em pagamento em bens móveis ou imóveis.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta acerca da dívida ativa.

- Ⓐ Constituem dívida ativa não-tributária os juros e as multas provenientes da mora no recolhimento dos respectivos tributos.
- Ⓑ Desde que regularmente inscrita, a dívida ativa tributária goza de presunção absoluta de liquidez e certeza.
- Ⓒ O termo de inscrição da dívida ativa indicará obrigatoriamente os nomes do devedor, dos co-responsáveis e dos respectivos cônjuges.
- Ⓓ Constitui causa de nulidade da certidão de dívida ativa, bem como do processo de cobrança, a omissão quanto à maneira de calcular os juros de mora.

QUESTÃO 49

Acerca da execução do orçamento público, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nota de empenho é o ato que, emanado da autoridade competente, cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- Ⓑ Considera-se empenho ordinário aquele feito nos casos em que não se pode determinar o valor da despesa antes de sua realização.
- Ⓒ No decorrer do exercício financeiro, a anulação parcial do empenho ocorre nas hipóteses de esse empenho ter sido emitido incorretamente ou de o serviço contratado não ter sido prestado.
- Ⓓ Há despesas que independem da emissão de nota de empenho, como as decorrentes de mandamento constitucional e as contratuais.

QUESTÃO 50

Quanto à LRF, assinale a opção correta.

- A** A Lei Orçamentária Anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal e disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- B** O aperfeiçoamento de ação governamental de que decorra aumento de despesa deve ser acompanhado de estimativa do impacto financeiro nos dez anos subseqüentes.
- C** Considera-se dívida pública mobiliária a dívida representada por títulos emitidos pela União, pelos estados e pelos municípios.
- D** Os limites impostos pela LRF, no que se refere à despesa total com pessoal, não abrangem os gastos com os inativos e pensionistas.

QUESTÃO 51

No que se refere à organização municipal brasileira, assinale a opção correta.

- A** No conteúdo básico das leis orgânicas municipais, não se inserem normas que versem sobre a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
- B** Em um município com cerca de 4 milhões de habitantes serão eleitos, no máximo, trinta e três vereadores.
- C** Nos municípios com menos de dez mil habitantes, os vencimentos dos vereadores devem corresponder a 30% do subsídio dos deputados federais.
- D** A lei garante a iniciativa popular em projetos de lei de interesse específico do município mediante manifestação de, no mínimo, 5% do eleitorado.

QUESTÃO 52

A respeito da disciplina da intervenção dos estados nos municípios, assinale a opção correta.

- A** Constitui motivo para a intervenção do estado no município a aplicação de recursos públicos em campanhas eleitorais.
- B** Compete ao diretor-geral da procuradoria da assembléia legislativa do estado a petição inicial da ação interventiva no município localizado no território do estado interventor.
- C** O decreto de intervenção do governador do respectivo estado será submetido à apreciação da assembléia legislativa no prazo de 24 horas.
- D** O interventor administrará o município durante o período da intervenção e deverá prestar contas de sua administração financeira ao tribunal de contas municipal.

QUESTÃO 53

Acerca das normas financeiras e orçamentárias relativas ao município de Natal, assinale a opção correta.

- A** Admite-se o depósito das disponibilidades de caixa das empresas sujeitas ao controle do município em quaisquer instituições bancárias, sejam públicas ou privadas.
- B** A lei de iniciativa do Poder Executivo que instituir o Plano Plurianual deverá estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital.
- C** Constitui obrigação do Poder Executivo municipal fazer publicar o relatório de execução orçamentária até duas semanas após o encerramento de cada semestre.
- D** A Lei Orçamentária Anual deve compreender o orçamento de investimentos das empresas em que o município detenha mais de 5% do capital social.

QUESTÃO 54

Considerando as normas financeiras e orçamentárias relativas ao município de Natal, assinale a opção correta.

- A** Pelo princípio da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- B** A lei veda a vinculação da receita de impostos destinados à prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- C** Admite-se a abertura de crédito extraordinário, por medida provisória, para atender a despesas com a manutenção de serviços públicos de transporte e educação.
- D** A concessão de vantagens aos empregados públicos de sociedades de economia mista somente pode ocorrer se houver autorização específica na LDO.

QUESTÃO 55

Quanto aos bens municipais, assinale a opção correta.

- A** Na alienação de bens imóveis municipais, a lei poderá dispensar a concorrência pública quando o uso do bem se destinar a entidade assistencial.
- B** Independe de licitação a alienação de automóveis de propriedade do município, desde que haja prévia avaliação oficial.
- C** A lei exige exclusivamente a prévia autorização legislativa para fins de aquisição de bens imóveis mediante compra e venda.
- D** Apenas à União compete o resultado da exploração de petróleo e de gás natural, pois ao município são vedados a prática e o fomento de tais atividades.

QUESTÃO 56

Em regra, os atributos do poder de polícia do Estado incluem

- Ⓐ excecutoriedade, finalidade, presunção de legitimidade e tipicidade.
- Ⓑ finalidade, auto-excecutoriedade, objeto e discricionariedade.
- Ⓒ discricionariedade, auto-excecutoriedade e imperatividade.
- Ⓓ autoridade, discricionariedade e finalidade.

QUESTÃO 57

No que concerne aos poderes constituídos do município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores eleitos pelo sistema majoritário entre cidadãos maiores de 21 anos.
- Ⓑ É vedado à Câmara Municipal entrar em recesso no mês de dezembro sem que tenha havido a deliberação do orçamento anual e do Plano Plurianual de Investimentos.
- Ⓒ Em qualquer ocasião, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas pela maioria de votos, presente a maioria simples de seus membros.
- Ⓓ Compete à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação e sobre extinção de cargos.

QUESTÃO 58

Acerca da Procuradoria Geral do Município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Procuradoria Geral do Município de Natal é órgão diretamente vinculado à Câmara Municipal.
- Ⓑ O procurador-geral do município será nomeado pelo presidente da Câmara Municipal entre advogados de notável saber jurídico, com reputação ilibada e mais de 35 anos de idade.
- Ⓒ Em quaisquer alienações de bens, sejam eles móveis ou imóveis, o procurador-geral do município deverá representar o município, pessoalmente ou por procurador designado.
- Ⓓ Serão levados a efeito pela Procuradoria Geral do Município de Natal a elaboração de projetos de lei e atos normativos de competência do prefeito municipal.

QUESTÃO 59

Com base no Código Tributário do Município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao contribuinte que efetuar o pagamento do tributo municipal antes do vencimento e nas condições previamente estabelecidas será concedida redução de até 30% do valor do tributo.
- Ⓑ Compete ao município de Natal instituir o imposto sobre as vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
- Ⓒ É ilícita a penalidade, aplicada por infração à legislação tributária, que consista no cancelamento da inscrição de contribuinte.
- Ⓓ Exceto as pessoas que gozem de imunidade tributária na forma do disposto na CF, todas as demais serão fiscalizadas pelos funcionários da Secretaria Municipal de Finanças.

QUESTÃO 60

Ainda de acordo com o Código Tributário do Município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ As pessoas jurídicas domiciliadas no município de Natal devem conservar os livros obrigatórios de escrituração fiscal por até três anos.
- Ⓑ É de 3% sobre a base de cálculo a alíquota do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis localizados no município de Natal.
- Ⓒ Considerando-se a ignorância escusável do sujeito passivo quanto à matéria de fato, é admissível a remissão de até metade do valor devido a título de principal, multa e juros.
- Ⓓ A alíquota do IPTU será progressiva até o limite de 10%, calculada sobre o valor venal do imóvel.

QUESTÃO 61

Assinale a opção correta quanto ao Plano Diretor do Município de Natal.

- Ⓐ Adensamento é a área construída não considerada para efeito de cálculo do coeficiente de aproveitamento.
- Ⓑ Consideram-se infra-estrutura urbana exclusivamente os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais.
- Ⓒ É lícito o parcelamento compulsório de imóvel não edificado ou subutilizado se o proprietário não promover seu adequado aproveitamento nos prazos e condições legais.
- Ⓓ A lei admite a doação de bens imóveis municipais para a promoção de regularização fundiária de habitações.

QUESTÃO 62

A respeito do regime jurídico dos servidores públicos municipais, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de empate na classificação final de concurso público, sempre terá preferência para nomeação o candidato mais idoso.
- Ⓑ Compete ao secretário municipal de administração dar posse aos secretários municipais e aos dirigentes de órgãos que lhes sejam diretamente subordinados.
- Ⓒ A lei veda a posse mediante procuração, à exceção dos casos de doença grave devidamente comprovada por junta médica oficial.
- Ⓓ Aquele que houver sido condenado por abuso de confiança ou falsidade não poderá ser nomeado para cargo público municipal.

QUESTÃO 63

Ainda com relação ao regime jurídico dos servidores públicos municipais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Constitui reintegração o reingresso no serviço público do servidor exonerado, sem ressarcimento dos prejuízos eventualmente experimentados.
- Ⓑ A reversão somente será admitida se o servidor público contar com mais de trinta anos de serviço público efetivamente prestados.
- Ⓒ Admite-se a transferência para classe de nível e grau superiores, desde que não haja acréscimo superior a 25% nos vencimentos do servidor municipal.
- Ⓓ Havendo mais de um servidor concorrendo a vaga mediante aproveitamento, terá preferência aquele que há mais tempo estiver em disponibilidade.

QUESTÃO 64

Acerca do regime próprio de previdência dos servidores do município de Natal, assinale a opção correta.

- A O servidor que estiver licenciado do cargo sem recebimento de remuneração perderá a condição de filiado ao regime próprio de previdência dos servidores públicos de Natal.
- B A inscrição do segurado depende de prévia solicitação formal, a qual será analisada por uma comissão previamente designada para tal finalidade, podendo ou não ser deferida.
- C Presume-se a dependência econômica do enteado inválido sem fonte de renda e que viva às expensas de segurado do regime próprio de previdência dos servidores públicos de Natal.
- D Constituem benefícios conferidos aos segurados do regime próprio de previdência dos servidores públicos de Natal a pensão previdenciária e o auxílio-reclusão.

QUESTÃO 65

Ainda em relação ao regime próprio de previdência dos servidores públicos do município de Natal, assinale a opção correta.

- A Em regra, a doença de que o segurado já era portador ao se filiar ao regime próprio de previdência dos servidores públicos de Natal não lhe confere o direito à aposentadoria por invalidez.
- B Os servidores públicos da administração pública municipal serão aposentados compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos integrais.
- C A manutenção da aposentadoria por invalidez depende exclusivamente da declaração do servidor de que ele não está exercendo nenhuma atividade laboral.
- D A pensão previdenciária consiste nos proventos percebidos pelo servidor público municipal após a publicação do ato de sua aposentadoria por tempo de serviço ou por invalidez.

QUESTÃO 66

O Estatuto da Cidade determina que

- A o plano diretor deve ser revisto em sua integralidade, pelo menos, a cada seis anos e ser submetido a revisões parciais, obrigatoriamente, a cada triênio.
- B o plano diretor deve englobar o território municipal como um todo, ou seja, deve englobar as zonas urbana e rural.
- C a participação da sociedade na elaboração e na implementação do plano diretor deve ser garantida por meio de audiências públicas e da participação no Fórum Nacional de Integração Urbana, que é realizado anualmente no DF.
- D o plano diretor das cidades com população superior a 20 mil habitantes deve ser ratificado pela Câmara Técnica de Política Urbana do CONAMA.

QUESTÃO 67

O Estatuto da Cidade contém normas de ordem pública e de interesse social que se propõem a regular o uso

- A da propriedade privada em prol da sociedade civil organizada, assim como limitar a utilização dos ativos ambientais com o objetivo de desenvolver plenamente a consciência ecológica.
- B da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como do equilíbrio ambiental, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.
- C dos equipamentos públicos e o acesso aos ativos ambientais, objetivando atender aos reclamos de justiça social por meio da distribuição equitativa das estruturas urbanas nas áreas metropolitanas.
- D dos equipamentos públicos e a implementação da malha ferroviária no processo de urbanização dos latifúndios improdutivos, objetivando a integração do modo de produção capitalista ao desenvolvimento sustentável e à educação ambiental.

QUESTÃO 68

O CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA. Os atos de competência do CONAMA incluem resoluções, moções, recomendações,

- A pareceres e auditorias.
- B proposições e decisões.
- C proposições e dissídios.
- D proposituras e ratificações.

QUESTÃO 69

Entre as penas restritivas de direitos da pessoa jurídica elencadas na Lei dos Crimes Ambientais, **não** se inclui

- A a intervenção temporária no estabelecimento, obra ou atividade.
- B a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade.
- C a proibição de contratar com o poder público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.
- D a suspensão parcial ou total de atividades.

QUESTÃO 70

O SISNAMA tem como finalidade

- A estabelecer um conjunto articulado de órgãos, entidades, regras e práticas responsáveis pela proteção e pela melhoria da qualidade ambiental.
- B articular os diversos órgãos que compõem o CONAMA com as administrações estaduais e municipais, bem como com as organizações não-governamentais.
- C deliberar e decidir acerca da Política Nacional de Meio Ambiente nos três níveis federativos, bem como apresentar moções de repúdio aos atos arbitrários do Conselho de Governo.
- D articular a preservação ambiental com as políticas públicas de saúde, saneamento, habitação e educação, estabelecendo regras para o manejo sustentável da biosfera e para a exploração racional dos ativos ambientais e impondo limites à recomposição antrópica dos passivos ambientais.

QUESTÃO 71

De acordo com o Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei n.º 4.771/1965, e com a CF, cabe ao poder público definir, em todas as unidades da Federação, os espaços territoriais e os componentes desses espaços a serem especialmente protegidos. Esses espaços

- A) podem ser alterados e suprimidos somente por meio de lei, sendo vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção.
- B) podem ser alterados, mas não suprimidos, por ato do Poder Executivo, sendo vedada utilização que comprometa de forma definitiva a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção.
- C) não podem ser alterados ou suprimidos, visto que se trata de cláusula pétrea a proteção constitucional dada ao patrimônio ambiental brasileiro.
- D) podem ser alterados se a sua utilização não atingir a zona de transição biogênica dos espaços selvagens e das matas nativas.

QUESTÃO 72

No Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH), a gestão das águas é descentralizada, mas não pode ser antagônica nem descoordenada. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A) As agências de águas, os comitês de bacia hidrográfica, os conselhos estaduais de recursos hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos são ligados por laços de hierarquia e cooperação.
- B) As agências de águas, os consórcios de bacia hidrográfica, os conselhos intermunicipais de recursos hídricos são articulados pelo Conselho de Governo e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- C) As agências de águas, os comitês de bacia hidrográfica, os conselhos estaduais de recursos hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos são integrados e articulados pelos consórcios municipais de águas.
- D) As agências de águas, os comitês de bacia hidrográfica, os conselhos interestaduais de recursos hídricos, os consórcios municipais de águas e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos são ligados por laços de coordenação e são submetidos ao órgão consultivo e deliberativo do SNRH, ou seja, ao Conselho de Governo.

QUESTÃO 73

Os objetivos do SNRH incluem

- I coordenar a gestão integrada das águas e arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos.
- II planejar, regular e controlar a alienação dos recursos hídricos, bem como seu uso, preservação e recuperação.
- III implementar a política nacional de recursos hídricos.
- IV promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Estão certos apenas os itens

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

QUESTÃO 74

Quanto aos princípios do direito ambiental, assinale a opção correta.

- A) O princípio do usuário-poluidor contém o princípio do poluidor-pagador, isto é, aquele que obriga o poluidor a pagar pela poluição que pode ser causada ou que já foi causada.
- B) O princípio da precaução é aplicado quando há certezas científicas referentes à possibilidade do dano, ao passo que o princípio da prevenção aplica-se aos casos em que, não havendo certezas científicas acerca da inocuidade dos efeitos das atividades antrópicas, opta-se pela abstenção das práticas.
- C) O princípio da precaução estabelece que, em não havendo certezas científicas acerca da inocuidade de determinados procedimentos, o melhor é não praticá-los.
- D) A aplicação do princípio da prevenção se dá nos casos em que os impactos ambientais não são conhecidos, restando a obrigatoriedade do licenciamento ambiental e do estudo de impacto ambiental.

QUESTÃO 75

No Brasil, o ambiente foi visto, a princípio, como um bem patrimonial, e, a partir da sua constitucionalização, tornou-se um bem jurídico autônomo, desvinculado desse aspecto patrimonial. Em relação ao ambiente, além de estabelecer obrigações que dizem respeito ao Estado e à sociedade civil, a CF também estabelece

- A) o direito fundamental ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Isso significa que, além de ser dever do Estado e da sociedade protegê-lo, também é direito do cidadão exigi-lo e buscar, no Poder Judiciário, que ele seja garantido.
- B) a função social da propriedade, que só pode ser plenamente exercida em confronto com o capitalismo.
- C) o direito fundamental limitado ao progresso material e ao consumo de bens culturais, bem como ao gozo e à fruição de todos os elementos que compõem o meio ambiente natural, cultural e artificial.
- D) o direito ao meio ambiente sadio, que, como norma programática, depende do progresso material e do desenvolvimento econômico.

QUESTÃO 76

O Código Civil vigente estabelece que os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé, sendo a doutrina unânime em identificar que, nesse particular, trata-se de boa-fé objetiva. Tendo como referência essa afirmação, assinale a opção correta.

- A) Os dispositivos que tratam da boa-fé no Código Civil atual não representam inovação em relação ao Código Civil anterior, no qual já havia referência à boa-fé objetiva.
- B) A regra destacada consagra o princípio da operabilidade no Código Civil atual.
- C) Ao exigir a interpretação conforme a boa-fé objetiva, o Código Civil atual apóia-se na orientação da socialidade.
- D) A referência à boa-fé objetiva consolida o princípio da eticidade no Código Civil vigente.

QUESTÃO 77

Teresa estava dirigindo seu carro em rua muito movimentada quando atropelou Madalena na faixa de pedestres. Indagada por policiais, Teresa disse que não conseguiu ver Madalena, porque o Sol estava forte. Madalena, em razão dos ferimentos que sofreu, arcou com gastos médicos no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nessa situação hipotética e no que dispõe o Código Civil vigente, assinale a opção correta.

- A** Como provocou os danos sofridos pela vítima, Teresa deve pagar a Madalena a quantia que foi despendida com o tratamento médico.
- B** O valor da indenização deve ser reduzido equitativamente, em razão do grau de culpa de Teresa.
- C** Como há, no caso, culpa concorrente, já que o reflexo da luz solar concorreu para o fato danoso, o valor da indenização devida por Teresa não poderá corresponder ao total dos gastos efetuados por Madalena.
- D** Considerando-se que se tratava de rua muito movimentada e que o Sol estava refletindo nos olhos dos motoristas, deve-se aplicar ao caso a teoria da culpa exclusiva da vítima.

QUESTÃO 78

Laura vendeu um veículo automotor a Rui por R\$ 50.000,00, valor compatível com o de mercado. Ocorre que Rui tinha conhecimento de que a mãe de Laura estava gravemente enferma e de que, portanto, Laura não possuía dinheiro suficiente para saldar todas as dívidas que havia contraído durante o período de recuperação da mãe.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A venda do veículo poderá ser anulada, tendo em vista que Laura se encontrava em premente necessidade, o que configura vício de lesão.
- B** Está configurado, nessa situação, o estado de perigo, visto que o grave dano sofrido por Laura era conhecido de Rui.
- C** O negócio entabulado poderá ser anulado, por configurar-se fraude contra credores.
- D** Na situação, configurou-se dolo por parte de Rui, uma vez que ele tinha conhecimento da situação vivenciada por Laura e, mesmo assim, adquiriu o veículo.

QUESTÃO 79

Considerando que Fábio, brasileiro, pretenda se casar, no Brasil, com Marie, que possui nacionalidade francesa, assinale a opção correta, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil.

- A** Deve ser aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- B** Quanto às formalidades da celebração, poderá ser aplicada a lei francesa, desde que sejam observados os impedimentos aplicáveis.
- C** Se os nubentes tiverem domicílio em países diversos, os casos de invalidade do matrimônio poderão ser regidos pela lei de qualquer dos domicílios.
- D** O regime de bens deve obedecer ao que dispõe a legislação brasileira.

QUESTÃO 80

No dia 4/8/2003, Ana comprou um apartamento de Sílvia, mediante escritura pública, e, após um mês, mudou-se para o imóvel. No dia 9/10/2007, recebeu de Alexandre notificação para desocupar o apartamento, já que ele havia adquirido o imóvel de Sílvia. Procurado por Ana, Alexandre reafirmou que havia comprado o imóvel, tendo-o registrado no cartório de registro de imóveis, conforme documentos que apresentou.

À luz da disciplina conferida pelo atual Código Civil à matéria e considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A** A situação de Ana não deve ser abalada, pois, apesar de Alexandre ter levado a escritura a registro, ele não obteve a tradição do imóvel.
- B** Alexandre deve ser considerado proprietário do apartamento, uma vez que o registrou no cartório de registro de imóveis em seu nome.
- C** Ana deve ser considerada proprietária do imóvel, pois ela firmou negócio jurídico válido e formalizado em escritura pública com Sílvia.
- D** Alexandre poderá deixar de ser proprietário do bem, bastando, para isso, que seja declarada a invalidade do título translativo que lhe confere esta situação por meio de ação própria.

QUESTÃO 81

A respeito das regras previstas no vigente Código Civil para os negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- A** Para o fim de provar o consentimento de uma das partes, o silêncio de quem deveria emitir declaração de vontade sempre importa anuência.
- B** A impossibilidade inicial do objeto, mesmo que seja relativa, invalida o negócio jurídico.
- C** Tem-se por inexistentes as condições suspensivas que forem juridicamente impossíveis.
- D** A renúncia deve ser interpretada restritamente, assim como os negócios jurídicos benéficos.

QUESTÃO 82

Com base na Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a opção correta quanto à vigência da lei.

- A** Uma lei sempre vigorará até que outra a modifique ou revogue.
- B** Perdida a vigência da lei revogadora e inexistente qualquer norma que regule a matéria nela tratada, é possível ao juiz aplicar as disposições da lei revogada.
- C** Lei ordinária nova que regule diversamente matéria já regulada por lei ordinária mais antiga impõe ao aplicador buscar uma forma de compatibilizar os textos, de modo a preservar alguma eficácia ao texto antigo.
- D** Lei nova que estabeleça disposição especial, a par das já estabelecidas em leis mais antigas, não revoga nem modifica estas últimas.

QUESTÃO 83

No que tange aos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- A** Esses direitos são considerados intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo sofrer limitação de nenhuma ordem.
- B** Poderá ser admitido ato de disposição do próprio corpo, mesmo que esse ato importe diminuição permanente da integridade física ou contrarie os bons costumes.
- C** Com objetivo altruístico, é válida a disposição gratuita ou com remuneração simbólica do próprio corpo para depois da morte.
- D** O cônjuge sobrevivente tem legitimidade para requerer que cesse lesão ou ameaça a direito da personalidade do cônjuge morto, desde que prove ser este direito economicamente explorável.

QUESTÃO 84

Assinale a opção que apresenta uma conclusão correta acerca da situação hipotética nela contida, no que tange às disposições a respeito de domicílio de pessoa natural.

- A** Raul passou a dormir na casa de seu irmão, em cidade vizinha, enquanto sua casa passava por reforma de uma semana. Nesse caso, houve mudança de domicílio de Raul.
- B** Francisco exercita sua profissão em lugares diversos. Nessa situação, considera-se seu domicílio o local onde tem maior volume de trabalho.
- C** Patrícia é artista circense. Nesse caso, em razão das peculiaridades de sua profissão, o lugar onde Patrícia for encontrada é considerado seu domicílio.
- D** Paulo tem duas residências, onde vive alternadamente. Nessa situação, é considerado seu domicílio a residência em que ele passa maior tempo.

QUESTÃO 85

Caio prometeu doar a Vânia um sítio localizado na região de Petrópolis – RJ caso ela lhe cedesse os direitos hereditários de obra escrita por sua mãe ainda em vida.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Por se tratar de condição juridicamente impossível, considera-se que é não-escrita.
- B** A condição imposta não é defesa, pois não se sujeita ao arbítrio de uma das partes e não priva o negócio jurídico de todo o efeito.
- C** Trata-se de condição que invalida o negócio jurídico, por ser juridicamente impossível.
- D** O negócio entabulado tem sua validade condicionada à anuência dos demais herdeiros necessários da mãe de Vânia.

QUESTÃO 86

Considerando que servidão de trânsito constituída por declaração expressa dos proprietários e registrada devidamente tenha deixado de ser utilizada pelos donos do prédio dominante por seis anos e que, após esse período, tenha sido constatada a necessidade de obras para a sua reutilização, assinale a opção correta conforme a disciplina das servidões no Código Civil.

- A** Caso o título que constituiu a servidão nada disponha a respeito, as obras necessárias a seu uso serão encargo do dono do prédio dominante.
- B** Por ter passado mais de cinco anos sem ser utilizada pelos donos do prédio dominante, a servidão pode ser cancelada a pedido do proprietário do prédio serviente.
- C** Sendo de seu interesse, o proprietário do prédio serviente pode aproveitar para realizar obras para remover a servidão de lugar, às custas do proprietário do prédio dominante, desde que haja necessidade da referida mudança.
- D** O custo necessário à realização das obras deve ser rateado entre os proprietários dos prédios dominante e serviente, salvo estipulação em contrário.

QUESTÃO 87

Quanto aos direitos do promitente comprador expressos no atual Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Ao inverso do que ocorre com a promessa de compra e venda celebrada por instrumento particular, no caso de promessa celebrada por instrumento público a lei não exige registro no cartório de registro de imóveis.
- B** Caso as partes estabeleçam a possibilidade de arrependimento na promessa de compra e venda, a constituição de direito real sobre a coisa dependerá de registro.
- C** O direito de exigir a outorga da escritura definitiva de compra e venda deve ser exercido somente contra o promitente vendedor, resolvendo-se o negócio em perdas e danos no caso de cessão dos direitos reais a terceiros.
- D** O promitente comprador, quando titular de direito real, pode requerer ao juiz a adjudicação do imóvel se houver recusa do promitente vendedor.

QUESTÃO 88

A respeito da capacidade para o exercício de atividade de empresário, assinale a opção correta.

- A** A empresa herdada por um menor com 16 anos de idade necessariamente deve ser administrada por um tutor, já que a atividade de empresário exige o pleno gozo da capacidade civil.
- B** Uma pessoa legalmente impedida de exercer atividade empresária, se a exercer, deixará de responder pelas obrigações contraídas, não só pela sua incapacidade, como também pela aplicação do instituto da boa-fé objetiva.
- C** Um casal casado sob o regime de separação obrigatória de bens pode, caso comprove legítimo interesse, formar uma sociedade empresarial.
- D** Um empresário casado sob o regime de comunhão universal de bens pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio de sua empresa sem que seja necessária a outorga conjugal.

QUESTÃO 89

Marli, sócia de Regina e Joaquim em sociedade instituída com o fim de comercializar roupas infantis, comunicou que pretende retirar-se da sociedade.

Sabendo que no contrato social da sociedade em tela não foi estipulado prazo para sua duração, assinale a opção correta à luz do que dispõe o Código Civil vigente.

- A** Não há amparo legal para a resolução da sociedade com relação a um sócio, exceto no caso de morte.
- B** Marli poderá retirar-se da sociedade desde que notifique os demais sócios com antecedência mínima de 60 dias.
- C** Na situação em apreço, deve haver dissolução e liquidação da sociedade, para depois, se assim desejarem os outros sócios, ser constituída nova sociedade, sem a participação de Marli.
- D** Marli só tem direito a se retirar da sociedade se houver previsão no contrato social ou se for provada justa causa judicialmente.

QUESTÃO 90

Jorge, Márcio e Lia decidiram instituir sociedade limitada, cujo objeto é a prestação de serviços na área de informática. Para tanto, fixaram o capital social em R\$ 30.000,00, divididos em 3 quotas iguais de R\$ 10.000,00. Como Jorge não tinha dinheiro suficiente, mas possuía formação superior na área de informática, os três estabeleceram que Jorge contribuiria para a sociedade com prestação de serviços.

Com base nessa situação hipotética e de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Há vedação legal para estipulação dessa natureza, qual seja, contribuição que consista em prestação de serviços.
- B** Se os serviços não forem prestados da forma acertada no contrato social, Jorge será excluído da sociedade.
- C** Só é válida a estipulação que consiste na contribuição por meio de prestação de serviços quando for fixada no contrato social a remuneração correspondente.
- D** Como Jorge efetuará sua contribuição por meio de prestação de serviços, caso não haja integralização do capital social, não será possível responsabilizá-lo.

QUESTÃO 91

Com relação à atual posição do TST acerca do adicional de periculosidade, assinale a opção correta.

- A** Acordos ou convenções coletivas não podem fixar percentual inferior ao que a lei estabelecer.
- B** É devido ao empregado exposto de forma intermitente a condições de risco.
- C** O empregado que tiver contato eventual a condições de risco deve perceber o adicional de periculosidade.
- D** A exposição habitual, mas por tempo muito reduzido, a condições de risco autoriza o pagamento do adicional de periculosidade.

QUESTÃO 92

Assinale a opção correta no que se refere à cessação do contrato de trabalho por advento de termo.

- A** O empregado tem direito a aviso prévio.
- B** O empregador deve pagar a indenização de 40% do FGTS.
- C** O empregado que se desligar da empresa, sem justa causa, antes do término do contrato por prazo determinado, deverá indenizar o empregador pelos prejuízos que desse fato resultarem.
- D** Não é permitido ao empregado sacar os valores do FGTS depositados no curso da relação de trabalho.

QUESTÃO 93

Assinale a opção correta no que diz respeito às disposições legais relativas a acidente de trabalho.

- A** O auxílio-acidente será devido ao acidentado que ficar incapacitado para seu trabalho por mais de 15 dias consecutivos.
- B** O afastamento decorrente de acidente de trabalho constitui hipótese de suspensão do contrato de trabalho, visto que não é contado o tempo de serviço do trabalhador durante o período de afastamento.
- C** O segurado que sofre acidente de trabalho tem garantida a manutenção de seu contrato de trabalho na empresa pelo prazo de 18 meses, a contar da cessação do auxílio-doença.
- D** O auxílio-doença é devido pela previdência social ao trabalhador, desde o dia em que ocorrer o afastamento por acidente de trabalho.

QUESTÃO 94

Não é considerado elemento caracterizador do fato do príncipe

- A** o ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou lei ou resolução que paralise a atividade da empresa.
- B** a interrupção das atividades da empresa, motivada por ato praticado pelo poder público, caso este tenha agido, ao menos, com culpa.
- C** a demonstração de que o empregador não agiu com culpa ou dolo para a causa desencadeadora do fato do príncipe.
- D** o ato praticado por autoridade pública, motivado por comportamento ilícito ou irregular da empresa, que venha causar dificuldade no desenvolvimento da atividade empresarial.

QUESTÃO 95

Com relação à organização sindical, assinale a opção correta.

- Ⓐ A criação de sindicatos depende de prévia autorização do Estado.
- Ⓑ É vedada a intervenção do Estado nos sindicatos.
- Ⓒ Não é exigido o registro de sindicato em nenhum órgão público.
- Ⓓ É possível a existência, em uma mesma base territorial, de mais de um sindicato representativo de um único grupo profissional.

QUESTÃO 96

Assinale a opção correta acerca das fontes do direito do trabalho.

- Ⓐ A CF, as leis e a convenção coletiva são as únicas fontes do direito do trabalho.
- Ⓑ Os demais ramos do direito não podem servir como fontes subsidiárias do direito do trabalho.
- Ⓒ Os usos e costumes são fontes do direito do trabalho, pois a prática habitual, quando não haja lei que a discipline, cria norma jurídica.
- Ⓓ O direito comparado não pode ser aplicado no âmbito trabalhista, mesmo quando a lei nacional for omissa e não for possível utilizar outros meios de integração do direito.

QUESTÃO 97

Com relação ao direito de greve, assinale a opção correta.

- Ⓐ O processo e o julgamento das ações relativas a esse direito competem à justiça comum.
- Ⓑ A negociação coletiva, oportunidade em que se busca solucionar o conflito coletivo, deve anteceder a deliberação sobre a greve.
- Ⓒ O sindicato, independentemente de deliberação em assembléia geral, pode tomar decisões acerca da paralisação coletiva.
- Ⓓ É lícita a paralisação total de quaisquer serviços ou atividades, visto que se trata de garantia constitucional do trabalhador.

QUESTÃO 98

A respeito das ações propostas na justiça do trabalho e dos créditos trabalhistas, assinale a opção correta.

- Ⓐ É de dois anos, contados a partir da cessação do contrato de trabalho, o prazo decadencial para o empregado requerer, na justiça do trabalho, direitos decorrentes das relações de trabalho.
- Ⓑ É de dois anos, contados a partir da extinção do contrato de trabalho, o prazo prescricional para o empregado propor ação na justiça do trabalho, quanto aos direitos relativos ao contrato de trabalho.
- Ⓒ É de cinco anos, contados a partir do término do contrato de trabalho, o prazo para o empregado reclamar, na justiça do trabalho, direitos trabalhistas.
- Ⓓ Como os créditos trabalhistas são imprescritíveis, o empregado pode propor, a qualquer tempo, ação na justiça do trabalho para reclamar direitos decorrentes das relações de trabalho.

QUESTÃO 99

Em relação à proteção legal do trabalho do menor, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitido o trabalho noturno somente aos indivíduos com mais de 16 anos de idade.
- Ⓑ Aos menores de 16 anos é proibido qualquer tipo de trabalho.
- Ⓒ Somente ao indivíduo maior de 18 anos de idade é permitido o trabalho em local insalubre.
- Ⓓ O menor a partir dos 14 anos está autorizado por lei a exercer qualquer trabalho que não seja considerado perigoso.

QUESTÃO 100

Não constitui demissão por justa causa, de acordo com a CLT,

- Ⓐ o abandono do emprego, caracterizado pela falta injustificada do empregado ao trabalho por 20 dias.
- Ⓑ a condenação criminal transitada em julgado, sem suspensão da execução da pena.
- Ⓒ a embriaguez habitual.
- Ⓓ o ato de indisciplina decorrente de descumprimento de ordens gerais dadas pelo empregador.

